



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
CELEBRADO EM 17.07.2018, ENTRE O TRIBU-
NAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A
EMPRESA USIBANK – SOLUÇÕES AMBIENTAIS
E UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS
TÉRMICOS E SÓLIDOS LTDA. – ME, TENDO
POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TRIAGEM E ATENDIMENTO. (PROCESSO AD-
MINISTRATIVO Nº 8505439-87.2019.8.06.0000).**

AD4/CT Nº 33/2018

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida Ministro José Américo, Bairro Cambé, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo, e por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Vlândia Santos Teixeira e a empresa: **USIBANK – SOLUÇÕES AMBIENTAIS E UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS TÉRMICOS E SÓLIDOS LTDA. – ME**, com endereço na Av. São Francisco, nº 1174, Quadra 41, Lote 72, Sala nº 07, STR, Santa Genoveva, Goiânia/GO, inscrita no CNPJ/MF nº 01.795.072/0001-35, neste ato representada por sua Sócia Administradora, Irenice Maria de Avila, portadora da cédula de identidade nº 605.8802 2.APC/GO, e inscrita no CPF nº 701.804.031-09, daqui por diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente Aditivo que se regerá pela Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

O presente Termo fundamenta-se:

- a) na solicitação da contratada, datada de 28.03.2019, acostada as fls. 03/11;
- b) na Informação nº 094/2019/SAGC, do Serviço de Apoio à Gestão de Contratos, e na solicitação da Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através do Memorando nº 134/2019/SGP, datado de 23.09.2019;
- c) nas disposições contidas no art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- d) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, de 25 / 10 /2019, devidamente aprovado pelo Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto deste Termo reajustar o valor mensal do contrato que tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços de triagem e atendimento**, cujos os empregados sejam regidos pela **Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)** e pela **Convenção Coletiva dos Empregados em Empresa de As-**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

seio e Conservação, para prestação de serviços continuados a fim de atender às necessidades do Poder Judiciário Cearense, em 3,568098%, sendo 3,009252% referente ao reajuste salarial das categorias, 0,506482% referente ao aumento do valor do vale-alimentação, 0,052364% referente ao aumento da cesta básica e 0,018637% correspondente ao aumento do valor do plano de saúde, todos determinados pela Convenção Coletiva dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação/2018, passando o valor mensal das despesas de pessoal do Contrato dos atuais R\$ 210.870,32 (duzentos e dez mil, oitocentos e setenta reais e trinta e dois centavos) para R\$ 218.433,38 (duzentos e dezoito mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos), retroativamente a 17 de julho de 2018.

Com o aumento da Tarifa Urbana de Transporte, passando de R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos), para R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos), por força do Decreto Municipal nº 14.156, de 25.01.2018, o valor mensal do contrato passa dos atuais R\$ 218.433,38 (duzentos e dezoito mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos), para R\$ 218.973,06 (duzentos e dezoito mil, novecentos e setenta e três reais e seis centavos), representando um reajuste total de 3,842523%, retroativamente a 17 de julho de 2018.

Parágrafo Único - Com a inclusão de 10 (dez) postos de trabalho, ocorrida no segundo aditivo, e após os reajustes acima descritos, o valor mensal do contrato passa para **R\$ 248.134,06 (duzentos e quarenta e oito mil, cento e trinta e quatro reais e seis centavos)**, a partir de 09 de janeiro de 2019.

Cláusula Terceira - Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por acharem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 06 de DEZEMBRO de 2019.



Washington Luis Bezerra de Araújo

DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



Vlândia Santos Teixeira

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE



Irenice Maria de Avila

REP. LEGAL DA EMPRESA USIBANK - SOLUÇÕES AMBIENTAIS E UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS TÉRMICOS E SÓLIDOS LTDA. ME